

PARA ALÉM DO ACESSO: DIMENSÕES ATITUDINAIS E METODOLÓGICAS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Éllen da Silva Rufino dos Reis¹

Érika Eloísa Finger²

Flávia Wagner³

Maria Fernanda da Rosa de Avila⁴

Marcos Vinicius Urbaneck⁵

RESUMO

A consolidação de uma educação superior inclusiva no Brasil constitui um processo em contínua construção, atravessado por avanços e desafios que perpassam o campo legal, pedagógico e cultural. O presente estudo analisa as dimensões atitudinal e metodológica da acessibilidade na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), a partir da atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI), responsável por promover políticas e ações voltadas à permanência de estudantes com deficiência. Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa configura-se como um estudo de caso desenvolvido em quatro etapas: análise documental das resoluções institucionais sobre acessibilidade; entrevista com a coordenadora do NAPI; entrevistas com duas estudantes com deficiência visual; e análise crítico-dialética triangulada entre documentos, discursos e vivências. Os resultados evidenciam que a dimensão atitudinal, relacionada à eliminação de preconceitos e à construção de uma cultura inclusiva, é fortalecida por ações de sensibilização, formação docente e acompanhamento psicopedagógico. Contudo, atitudes capacitistas e resistências pontuais ainda persistem. Já a dimensão metodológica, que envolve a adequação de métodos e

1 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Para saber mais: <http://lattes.cnpq.br/4987297162735620>

2 Pesquisadora de Iniciação Científica e Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. Para saber mais: <http://lattes.cnpq.br/4064242604201810>

3 Doutora em Educação pela FEUSP. Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina. Para saber mais: <http://lattes.cnpq.br/9203325213018061>

4 Pesquisadora de Iniciação Científica e Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. Para saber mais: <http://lattes.cnpq.br/8582137574139869>

5 Pesquisador de Iniciação Científica e Graduando no Curso de Enfermagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Para saber mais: <https://lattes.cnpq.br/1870651182380077>

estratégias pedagógicas, concretiza-se por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Plano Individualizado no Processo de Aprendizagem (PIPA), promovendo a adaptação de materiais, uso de tecnologias assistivas e flexibilização de avaliações. A pesquisa demonstra avanços significativos na Unisul, especialmente na articulação entre políticas institucionais e práticas pedagógicas, mas aponta que a consolidação da inclusão exige transformação cultural contínua, corresponsabilidade e compromisso político de toda a comunidade acadêmica. A experiência do NAPI reafirma a importância da articulação entre dimensões atitudinais e metodológicas como fundamento para uma universidade verdadeiramente inclusiva e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino Superior; Dimensão Atitudinal; Dimensão Metodológica.*

INTRODUÇÃO

A consolidação de uma educação superior inclusiva no Brasil constitui um processo em permanente construção, atravessado por avanços significativos e persistentes desafios. Embora o arcabouço legal brasileiro — como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) — assegure formalmente o direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem, a concretização dessas garantias no cotidiano das universidades ainda se revela limitada. Promover a inclusão nesse nível de ensino implica ultrapassar a mera presença física de estudantes com deficiência nas instituições, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e culturais que envolvam toda a comunidade acadêmica. Nessa direção, o conceito de acessibilidade precisa ser entendido como dinâmico, relacional e interdependente, abrangendo múltiplas dimensões que se complementam.

Do ponto de vista teórico, a sistematização proposta por Romeu Kazumi Sassaki (2019) sobre as sete dimensões de acessibilidade — arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e natural — oferece um referencial sólido para a formulação e o acompanhamento de políticas institucionais voltadas à inclusão. Quando articuladas de forma integrada, essas dimensões contribuem para a superação de barreiras e para a efetivação de um ambiente universitário que reconhece e valoriza a diversidade humana.

Nesse cenário, os Núcleos de Apoio à Pessoa com Deficiência (NAPNEs) e estruturas equivalentes emergem como protagonistas na consolidação de políticas de inclusão no ensino

superior. Tais espaços têm como finalidade oferecer suporte pedagógico e psicopedagógico, promover a formação continuada de docentes e técnicos, além de fortalecer uma cultura institucional de respeito às diferenças. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes que sustentam a criação e o fortalecimento desses núcleos, reconhecendo-os como mecanismos fundamentais para garantir o direito à educação superior em condições de equidade.

A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) destaca-se nesse contexto por sua trajetória de ações voltadas à permanência e à inclusão. Desde 1996, a instituição mantém o Programa de Permanência Acadêmica (PPA), voltado ao acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade acadêmica e social. Com a integração da Unisul ao Ecossistema Ânima, em 2020, o programa foi reestruturado e deu origem ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI), ampliando o escopo e a abrangência das iniciativas institucionais. Ao longo de quase três décadas, o NAPI consolidou-se como uma experiência de referência entre as Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, contribuindo para a construção de práticas inclusivas e inspirando políticas semelhantes em outras universidades.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como propósito analisar de que modo as dimensões de acessibilidade **atitudinal** e **metodológica** se manifestam nas políticas e nas ações implementadas pelo NAPI da Unisul. A seguir, são apresentados o percurso metodológico adotado na pesquisa, a análise dos dados produzidos e, por fim, as considerações finais, que sintetizam as principais reflexões e contribuições do estudo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa insere-se no campo da abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso realizado na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). A seleção dessa instituição fundamenta-se em sua trajetória reconhecida no campo da inclusão e da acessibilidade, especialmente pela atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI), responsável por planejar e articular ações voltadas à permanência e ao acompanhamento de estudantes com deficiência. A adoção da perspectiva qualitativa mostrou-se pertinente, uma vez que permite compreender em profundidade os significados, percepções e práticas que compõem as dimensões da acessibilidade no contexto universitário, priorizando a interpretação das relações sociais e institucionais em suas múltiplas expressões.

A investigação foi desenvolvida em quatro etapas interdependentes. Na primeira etapa, procedeu-se à análise documental de materiais institucionais que expressam a orientação normativa da política de inclusão da Unisul. O objetivo foi identificar princípios, diretrizes e objetivos que sustentam a atuação do NAPI. Foram analisados dois documentos principais: (a) a *Política do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI)*, instituída pela Resolução CONSU nº 002/2022, e (b) a *Política de Acessibilidade da Unisul*, formalizada pela Resolução nº 003/2022. Essa etapa permitiu apreender o discurso prescrito da universidade em relação às práticas inclusivas.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevista semiestruturada com a Coordenadora do NAPI, com o propósito de compreender as estratégias institucionais de promoção da acessibilidade e os principais desafios enfrentados na implementação das políticas de inclusão. Essa escuta possibilitou captar nuances do processo de gestão e interpretar as concepções e práticas associadas às dimensões atitudinal e metodológica da acessibilidade.

Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas estudantes com deficiência visual acompanhadas pelo NAPI desde o ingresso na graduação. A primeira participante (E1), estudante do curso de Direito, possui cegueira congênita e cursa o segundo semestre. A segunda participante (E2), do curso de Psicologia, apresenta deficiência visual adquirida (distrofia macular e baixa acuidade visual) e encontra-se no terceiro semestre. As entrevistas buscaram compreender as experiências vividas pelas estudantes, suas percepções sobre as práticas pedagógicas e as atitudes institucionais.

A quarta etapa envolveu o tratamento e a análise dos dados produzidos. As informações foram sistematizadas a partir de uma perspectiva crítico-dialética, orientada pela compreensão das relações entre o prescrito e o vivido, reconhecendo contradições, avanços e resistências presentes na efetivação das políticas de inclusão.

Para fortalecer a consistência e a validade das interpretações, empregou-se a técnica de triangulação de dados, que integrou três fontes principais de evidência: (a) as normas institucionais que orientam as ações de acessibilidade na Unisul; (b) a entrevista com a coordenadora do NAPI; e (c) as entrevistas com as estudantes com deficiência visual. Essa triangulação permitiu reconhecer aproximações e distanciamentos entre o discurso institucional e as práticas concretas, revelando o modo como as dimensões atitudinal e metodológica, conforme definidas por Sassaki (2019), são interpretadas e operacionalizadas no cotidiano da

universidade. A análise dos dados foi estruturada de modo a relacionar três níveis de leitura: (1) o referencial teórico proposto por Sassaki (2019); (2) o conteúdo prescrito nas políticas institucionais da Unisul; e (3) as percepções e vivências da coordenação do núcleo e das estudantes participantes. Essa organização interpretativa possibilitou uma compreensão mais densa e relacional sobre o processo de inclusão universitária, evidenciando suas tensões, conquistas e perspectivas para o fortalecimento das práticas inclusivas.

Dimensão Atitudinal

A dimensão atitudinal da acessibilidade, conforme Sassaki (2019), foca na eliminação de barreiras simbólicas e comportamentais como preconceitos, estigmas e discriminações. No ambiente educacional, isso exige ações contínuas de sensibilização e conscientização para transformar valores e construir uma cultura baseada na empatia, respeito e valorização da diversidade.

Na Universidade do Sul de Santa Catarina, a Resolução nº 003/2022 define a acessibilidade atitudinal como a "promoção na comunidade acadêmica de atitudes pró-inclusão social". O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) é o órgão central responsável por impulsionar esse ambiente equitativo.

De acordo com a Política do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (Resolução nº 002/2022), o Serviço de Apoio Psicopedagógico é responsável por acompanhar o ingresso, a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes, articulando-se às dimensões atitudinal, comunicacional e metodológica da acessibilidade. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) expande o suporte técnico-pedagógico, incluindo diversas dimensões da acessibilidade, como a atitudinal. Para além do atendimento individualizado, o NAPI investe na transformação cultural por meio de oficinas, palestras, rodas de conversa e campanhas sobre inclusão, diversidade e direitos humanos. O Núcleo também promove formação e capacitação para docentes e técnicos administrativos, visando consolidar a dimensão atitudinal no cotidiano institucional.

Em entrevista, a coordenadora do NAPI destacou que a dimensão atitudinal está intrinsecamente ligada ao exercício da empatia e à educação para o comportamento inclusivo, algo que não emerge espontaneamente, mas demanda processos formativos contínuos. Embora a universidade disponha de instrumentos institucionais, como um código de conduta

inclusivo, assessoria jurídica específica para pessoas com deficiência e ações formativas permanentes, a coordenadora reconhece que práticas excludentes e manifestações de capacitismo ainda persistem em determinados contextos.

Os relatos das estudantes participantes reforçam a relevância das ações do NAPI nesse processo. A estudante E1, do curso de Direito, descreveu o núcleo como “um porto seguro”, mencionando a postura acolhedora dos colegas e o suporte recebido. Já a estudante E2, de Psicologia, afirmou ter sido bem recebida por professores e funcionários, destacando a prontidão institucional para atender suas necessidades. Ambas reconheceram um ambiente predominantemente empático e cooperativo. No entanto, também relataram episódios de discriminação: E1 recorda um professor que questionou sua permanência no curso anterior, experiência que contribuiu para a desistência da graduação; E2 relatou um conflito com uma docente quanto à adaptação de materiais didáticos, posteriormente resolvido mediante diálogo e conscientização.

A análise triangulada entre os discursos da coordenação, as políticas institucionais e as vivências das estudantes evidencia que o NAPI cumpre papel central na promoção da cultura de inclusão na Unisul, atuando por meio de serviços especializados, práticas formativas e ações de sensibilização. Conforme ressalta a coordenadora, a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva requer aprendizagem constante e engajamento coletivo.

Os depoimentos de E1 e E2 indicam que há avanços significativos na constituição de um ambiente receptivo e solidário, impulsionado pela atuação do NAPI e pela disposição positiva de colegas e docentes. Contudo, episódios pontuais de resistência e capacitismo demonstram que a acessibilidade atitudinal ainda demanda fortalecimento contínuo. Consolidar essa dimensão significa promover uma cultura universitária livre de preconceitos, que reconheça a diferença como valor e reafirme o compromisso ético e político da instituição com a inclusão.

Dimensão Metodológica

A acessibilidade metodológica, segundo Romeu Kazumi Sassaki (2019), consiste na eliminação de barreiras em métodos, teorias e técnicas de ensino, visando garantir o acesso equitativo ao conhecimento e o sucesso na trajetória de aprendizagem de todos os estudantes. No ensino superior, essa dimensão está ligada ao princípio da equidade, exigindo que as instituições ajustem suas práticas pedagógicas sem comprometer a qualidade acadêmica.

Na Universidade do Sul de Santa Catarina, a Resolução nº 003/2022 define a acessibilidade metodológica como a adequação de métodos e estratégias pedagógicas aplicadas ao ensino, pesquisa e extensão. A política estabelece que a responsabilidade por planejar, adaptar e assegurar o processo de ensino e aprendizagem é da instituição, em articulação com os cursos e seus Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), e sob a orientação do NAPI. Isso reconhece a acessibilidade metodológica como uma construção coletiva.

A efetivação dessa dimensão, conforme a Política do NAPI (Resolução nº 002/2022), se dá principalmente pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pela elaboração do Plano de Inclusão no Processo de Aprendizagem (PIPA). Estes instrumentos permitem o planejamento, acompanhamento e revisão de estratégias pedagógicas adaptadas às singularidades dos estudantes, assegurando que as práticas docentes considerem suas condições específicas de aprendizagem..

Segundo a coordenadora do NAPI, a acessibilidade metodológica se concretiza principalmente por meio do Plano Individualizado no Processo de Aprendizagem (PIPA), documento construído de forma colaborativa entre o núcleo, os docentes e a coordenação de curso. Esse plano é articulado aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e orienta a definição de recursos, adaptações e estratégias que melhor respondam às necessidades individuais de cada estudante.

Os relatos das estudantes participantes confirmam a importância do PIPA e das ações do NAPI. Para E1, a disponibilização de materiais adaptados às suas necessidades foi um dos principais fatores que facilitaram o acompanhamento das disciplinas, indicando um atendimento eficaz por parte do núcleo. Já E2 destacou a colaboração dos docentes, que costumam enviar os conteúdos com antecedência, permitindo ampliar os arquivos no notebook e realizar avaliações de forma remota quando necessário.

Entretanto, ambas as estudantes também relataram situações de barreiras. E1 mencionou um episódio em que um professor se negou a encaminhar o material para adaptação, alegando que a estudante deveria “encontrar uma forma de superar as barreiras da não acessibilidade dentro do próprio curso”. E2 descreveu dificuldades durante uma apresentação em sala de aula, quando as luzes foram apagadas, comprometendo sua participação, além de mencionar resistência de uma professora em disponibilizar antecipadamente os materiais didáticos necessários.

A análise dos documentos, da coordenação e dos estudantes demonstra o papel fundamental do NAPI na promoção de adaptações metodológicas. As ações mais comuns incluem o envio antecipado de materiais, ampliação de arquivos digitais, uso de tecnologias assistivas e flexibilização de procedimentos avaliativos, tornando o processo de aprendizagem mais inclusivo.

Os relatos destacam a forte articulação entre a dimensão metodológica e a dimensão atitudinal. As adaptações pedagógicas só se concretizam plenamente quando há disposição docente para acolher as diferenças. A resistência ou falta de sensibilidade por parte de alguns professores ainda se configura como um obstáculo significativo para a consolidação dessa prática.

Em síntese, a acessibilidade metodológica é um eixo essencial para garantir a equidade no ensino superior. As políticas da UNISUL e as ações do NAPI (materiais acessíveis, avaliações flexíveis e diálogo) indicam avanços notáveis. No entanto, a persistência de barreiras atitudinais e metodológicas sinaliza que o caminho para a plena inclusão requer o fortalecimento contínuo da sensibilização, da formação docente e da cultura institucional de respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dimensões atitudinal e metodológica da acessibilidade na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) evidencia que a consolidação de uma educação superior inclusiva é um processo contínuo, atravessado por conquistas e contradições. As políticas institucionais e as práticas desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) representam avanços significativos no reconhecimento da diversidade e na promoção de condições mais equitativas de permanência para estudantes com deficiência. Entretanto, a pesquisa revela que a efetivação dessas políticas ainda depende de uma transformação mais profunda nas formas de pensar e praticar a inclusão no contexto universitário.

Do ponto de vista atitudinal, as ações formativas, campanhas de sensibilização e o acompanhamento psicopedagógico promovidos pelo NAPI têm contribuído para a construção de um ambiente mais acolhedor e empático. As falas das estudantes participantes e da coordenação demonstram que houve progressos na promoção de atitudes pró-inclusivas entre docentes e discentes. Todavia, a permanência de comportamentos capacitistas e de resistências pontuais revela que as mudanças culturais demandam processos educativos

permanentes, capazes de desconstruir estereótipos e fomentar a empatia como prática cotidiana. A acessibilidade atitudinal, nesse sentido, não se restringe à ausência de preconceitos, mas implica uma disposição ética e política de reconhecer o outro como sujeito de direitos e produtor de conhecimento.

Em relação à acessibilidade metodológica, os instrumentos institucionais — especialmente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Plano de Inclusão no Processo de Aprendizagem (PIPA) — configuram estratégias potentes de materialização da equidade no ensino superior. A elaboração colaborativa desses planos, o envio antecipado de materiais, o uso de tecnologias assistivas e a flexibilização das avaliações demonstram o compromisso do NAPI e da Unisul com o direito à aprendizagem em igualdade de condições. No entanto, a análise crítica das experiências relatadas pelas estudantes indica que o sucesso dessas práticas ainda depende da disposição docente em compreender a diversidade como elemento constitutivo da qualidade acadêmica, e não como exceção que exige esforço adicional.

A articulação entre as dimensões atitudinal e metodológica, tal como propõe Sasaki (2019), revela que a inclusão efetiva não se alcança apenas pela normatização das políticas, mas pela construção de uma cultura institucional pautada em princípios de justiça, corresponsabilidade e diálogo. A superação das barreiras observadas requer o fortalecimento das ações de formação continuada, o envolvimento das coordenações de curso e dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), bem como o compromisso político da gestão universitária com a sustentabilidade das políticas de acessibilidade.

De modo geral, o estudo demonstra que o NAPI cumpre papel central na mediação entre o discurso institucional e as práticas pedagógicas, configurando-se como espaço estratégico de escuta, orientação e transformação. Contudo, permanece o desafio de fazer da inclusão um valor transversal que perpassa todas as dimensões da vida universitária — curricular, administrativa e relacional. A consolidação de uma universidade verdadeiramente inclusiva exige, portanto, não apenas instrumentos normativos e técnicos, mas também um projeto ético-educativo que reconheça a diferença como condição para a produção de conhecimento e para o fortalecimento da democracia no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. As sete dimensões da acessibilidade. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL). Resolução nº 002/2022, de 24 de janeiro de 2022. Política do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI). Tubarão: UNISUL, 2022.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL). Resolução nº 003/2022, de 24 de janeiro de 2022. Política de Acessibilidade da UNISUL. Tubarão: UNISUL, 2022.